

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Paz & sossego na Petrobras

Surpresa, a turma de mercado se refere a José Mauro Ferreira Coelho, indicado para presidir a Petrobras, como “técnico e equilibrado”. Para o governo, foi um alívio essa recepção. Afinal, depois do imbróglio provocado pela escolha e desistência de Adriano Pires, a ordem no Planalto é acabar com a “marola” no setor.

## No governo, nem tanto

José Mauro tem larga experiência no setor e inserção no serviço público, uma vez que é concursado da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A parte que os políticos desejam, porém, que é baixar os preços dos combustíveis, não está garantida. Como técnico, José Mauro não fará nada que esteja fora das quatro linhas da Constituição e das normas da empresa.

## Lira perde uma

Derrotado o pedido de urgência para o projeto de combate à desinformação, muita gente ficou com a impressão de que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não jogou toda a sua força para aprovar essa proposta. No plenário, juntaram-se os que temem que o projeto termine prejudicando a liberdade de expressão com aqueles que não querem saber de controle algum na internet. A tendência é de que a votação da proposta fique para depois das eleições.

## Lula atira no pé

Em uma semana, o ex-presidente Lula brigou com a igreja, ao defender o aborto; e com a classe média, ao dizer que o segmento ostenta um padrão acima do necessário. João Doria, por exemplo, já partiu para cima do petista, dizendo que Lula é a cara do retrocesso. Em vez de “empobrecer a classe média por decreto”, é preciso criar oportunidades para os mais pobres se tornarem classe média. Lula, porém, lidera as pesquisas. E, avisam os petistas, é quem fala diretamente com a população.

# Definições mesmo, só em julho

Os presidentes dos partidos de centro, Baleia Rossi (MDB), Bruno Araújo (PSDB), Luciano Bivar (União Brasil) e Roberto Freire (Cidadania), podem até ter marcado uma data em maio, mês das noivas e das mães, para definir o candidato a presidente da República. Beleza. Só tem um probleminha: o prazo das convenções partidárias que definirão os candidatos é julho.

Como quem tem prazo não tem pressa, os mais fiéis escudeiros dos presidentes desses partidos já dizem que o momento, agora, é de gerar movimento, e isso

ultrapassará 18 de maio. A definição está prevista para ocorrer entre 20 de julho a 5 de agosto.

Para completar, se nenhum deles disparar nas pesquisas, vai ser difícil convencer a turma que está praticamente no mesmo patamar a desistir em favor de quem quer que seja. A turma de João Doria, por exemplo, tem dito que o ex-governador paulista tem a tradição de começar as eleições em baixa e vencer. Portanto, não irá desistir em nome de alguém que esteja no mesmo patamar que ele em termos de intenção de voto.



## CURTIDAS

**Padre não falta I/** Mal terminou a reunião de apresentação do Plano Nacional de Energia para até 2031, o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) se aproxima do ministro Bento Albuquerque e sai com esta: “Olha, ministro, se precisar de arcebispo que entenda de energia, tem dois lá no Ceará”.

**Padre não falta II/** A brincadeira tomou conta de Brasília, depois que o presidente da Câmara, Arthur Lira, partiu para a ironia ao dizer que, para assumir um cargo na estatal, só mesmo um arcebispo.

**Apagão nunca mais/** Os planos do governo para a energia elétrica até 2031 incluem 34 mil quilômetros em linhas de transmissão e um investimento de R\$ 2,7 trilhões.

Luis Blanco



**Fato consumado/** A conversa em torno de um candidato único a presidente da República pode até incluir o PSDB, mas, a tirar pelo que se vê na sede do partido, a candidatura de João Doria está definida. Por todas as salas, está estampado o slogan “O Brasil tem jeito, o jeito é Doria”. A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), que visitou Doria na sede do partido ontem, fez questão de tirar uma foto, segurando o adesivo.

## PODER

# Freio no PL das fake news

Em uma vitória governista, deputados rejeitam pedido de urgência para a proposta. Dificilmente regra valerá nesta eleição

» RAPHAEL FELICE  
» TAÍSA MEDEIROS

A Câmara dos Deputados resolveu desacelerar a tramitação do Projeto de Lei 2630/20, que institui ampla regulação das plataformas digitais no Brasil. Votado em plenário no início da noite de ontem, o requerimento de urgência foi rejeitado com 249 votos a favor e 207 contra.

A urgência foi pautada para permitir que as mudanças sugeridas no PL sejam aplicadas já nas eleições de outubro. O maior objetivo da proposta é o combate à desinformação e a busca por transparência nos critérios de moderação de conteúdo realizados pelas big techs.

Com a negativa, o texto cumprirá o trâmite normal na Câmara dos Deputados e deverá passar por comissões antes de ir ao Plenário — o que praticamente elimina as chances de as regras valerem este ano.

A versão mais recente do projeto de lei foi apresentada pelo relator Orlando Silva (PCdoB-SP) na quinta-feira passada. Desde o início da tramitação, uma série de modificações foram apresentadas ao texto. A última alteração refere-se à equiparação das mídias sociais aos meios de comunicação social para fins do cumprimento do artigo 22 da Lei de Inelegibilidade.

Conforme o artigo, qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá pedir abertura de investigação na Justiça Eleitoral para apurar uso indevido de meios de comunicação social em benefício de candidato ou de partido. O relator defende que tal equiparação dará mais eficácia para que a Justiça Eleitoral apure abuso no espaço on-line.

Além disso, a proposta estabelece um limite de disparos em massa de mensagens — já adotada pelo próprio WhatsApp — e a exigência da rede social possuir representação no Brasil — após o Telegram ter sido bloqueado por não responder aos questionamentos da Justiça brasileira. O texto prevê ainda a extensão da imunidade parlamentar para o uso das redes sociais, de modo a limitar a aplicação das regras nas contas de deputados e senadores.

## Manifestações

As bancadas governistas expressaram desacordo com a proposta e com o requerimento de urgência. Argumentaram que se trataria do cerceamento da liberdade de expressão, especialmente em ano eleitoral.

O deputado Giovanni Cheri (PL-RS) disse que o PL é uma “mordaça” e o definiu como uma “estratégia da esquerda para voltar ao poder”. “Devemos discutir esse assunto, sim. Mas após a eleição. Agora ele tem um endereço: é para atingir aqueles que utilizam da internet para colocar seus pensamentos, as suas ideias. Quem são vocês para dizerem o que é verdade e o que é mentira? Vão criar mais um tribunal no Brasil para julgar os bolsonaristas? Nós não vamos aceitar”, protestou.

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a deputada Bia Kicis (PL-DF) disse que a proposta promove a censura.

O relator Orlando Silva ressaltou que a proposta legisla sobre transparência. “Não teremos nenhum tipo de censura, nem por parte das empresas de internet. Só obrigamos a empresa a avisar o usuário quando há algum tipo de moderação”, explicou.

Paulo Sergio/Câmara dos Deputados



**Arthur Lira (PP-AL) comanda sessão deliberativa: governistas seguram “mordaça” na internet**

## Principais pontos do projeto

### Limitação de disparos em massa

Aplicativos como WhatsApp e Telegram deverão impor limites no disparo em massa de mensagens e demais conteúdos, com freios até no uso de lista de transmissão. O PL ainda prevê prisão de um a três anos para quem disparar informações falsas que possam prejudicar o andamento do processo eleitoral “ou que possam causar dano à integridade física”.

### Representação

Redes sociais com mais de 10 milhões de usuários em território

nacional precisarão contar com um representante jurídico no Brasil.

### Equiparação

Com relação às eleições, o texto pretende tratar as plataformas digitais e o uso de suas ferramentas da mesma forma que o faz com os meios de comunicação. O trecho possibilita abertura de investigação contra partidos e candidatos por uso irregular das plataformas.

### Imunidade parlamentar

O projeto de lei prevê estender a imunidade parlamentar para

as redes sociais. Esse é um dos pontos mais controversos, pois pode dificultar ou até impedir exclusão de conteúdos que descumpram regras e propaguem fake news que tenham sido compartilhados por parlamentares. A proposta determina, ainda, que ocupantes de cargos públicos estão impedidos de bloquear usuários ou suas redes sociais.

### Relatórios e transparência

As plataformas de redes sociais terão de apresentar, a cada seis meses, relatórios sobre o controle dos conteúdos publicados.

Casa poderá refletir num maior ativismo judicial”, defendeu.

A bancada petista saiu em defesa do texto e destacou a importância de que a internet “não seja terra de ninguém”. “Deve haver, sim, um monitoramento

pelos redes sociais e de tudo que for publicação indevida, de desinformação, que possa ter um pedido de rotulação e que possa ser retirada das redes sociais”, manifestou o deputado Rui Falcão (PT-SP).

## Temer defende novo sistema

» MICHELLE PORTELA

O ex-presidente Michel Temer (MDB-SP) disse ontem, em Brasília, que há “clima político” para a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que modifica o sistema político no Brasil para o semipresidencialismo. “Vejo que o presidente Arthur Lira está muito empenhado nisso. Se quiser, entre a eleição [de outubro] e o final do ano seria possível. A meu ver, é útil para o país”, afirmou.

A declaração ocorreu após palestra na Jornada CNA 2022, promovida pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Temer é membro do Grupo de Trabalho criado por Arthur Lira para debater o tema na Câmara. Também integram o colegiado Nelson Jobim e Ellen Gracie, ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal (STF). “O presidencialismo está esfarrapado. Esfarrapou-se ao longo da história”, disse Temer, que assumiu o Palácio do Planalto em 2016, após o impeachment de Dilma Rousseff (PT).

Para o ex-presidente, o sistema presidencialista decaiu ao longo da história, e não apenas no período mais recente, com dois impeachments desde a Constituição de 1988. “De 1930 a 1945, não tivemos presidencialismo no Brasil. De 1964 a 1988, foi um presidencialismo de pé quebrado. Então, ele se esfarrapou ao longo do tempo”, avaliou Temer.

Caso a proposta em favor do semipresidencialismo seja aprovada pelo Congresso Nacional, a mudança precisaria ser referendada pela população, com a realização de plebiscito.